

PROJETO DE LEI Nº $\sqrt{0}$, DE 1999.

1/2// NOTOCOLO/ LEGISLATIVO/

Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de empregados acondicionadores de mercadorias nos supermercados.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo.1º - Ficam os supermercados e estabelecimentos varejistas congêneres situados no território do Estado obrigados a manter, junto a cada máquina registradora em operação, um empregado destinado a atender os consumidores no trabalho de acondicionamento das mercadorias adquiridas.

Parágrafo único - A função prevista neste artigo não poderá recair sobre os operadores das máquinas registradoras.

Artigo 2º - A desobediência ao disposto nesta lei sujeitará o infrator a multa equivalente a 100 (cem) UFESPs para cada máquina registradora em operação sem a presença do empregado a que se refere o artigo anterior.

Artigo 3º - A fiscalização dos estabelecimentos referidos no artigo 1º será feita pela Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

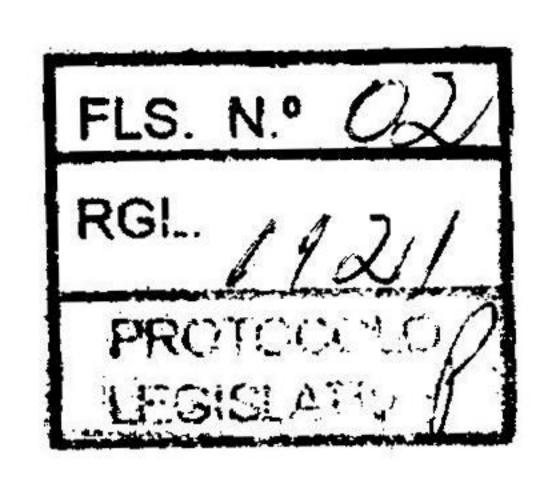
SERVIÇO DE REGISTRO E PROTOCOLO LEGISLATIVO

R.G.L. 1/2/ de 29103199

Autuado com 63 folhas

Ass. 6

(V)



JUSTIFICATIVA

O projeto de lei ora apresentado, tem como principais objetivos incrementar o mercado de trabalho, reduzir o desemprego e proporcionar maior comodidade aos consumidores.

Além disso, essa propositura dá oportunidade de trabalho aos jovens e aos mais idosos, de preferência, aposentados.

Em relação aos jovens menores de idade, essa oportunidade pode funcionar como um processo educativo, além de profissional, porque possibilita tirar esses adolescentes das ruas, onde, nem sempre, se aprende o melhor para uma juventude sadia e responsável. Já para os idosos essa atividade pode revitalizar a velhice e contribuir para incrementar o benefício da aposentadoria que não é suficiente para cobrir as despesas.

Vale lembrar, que os supermercados vêm quebrando recordes de faturamento a cada ano. Redes nacionais e multinacionais vêm instalando lojas e pontos de venda nas mais diversas cidades do País e nenhuma delas contrata empacotadores quando deveriam fazê-lo porque os consumidores já pagam caro as mercadorias e não são obrigadas a condicionar o que foi comprado. Portanto, essas empresas tem totais condições de contratar mão-de-obra especializada para acondicionar os produtos comprados nos supermercados.

É importante salientar que os empacotadores deverão ser contratados com registro em carteira para evitar a prática ilegal que, em alguns casos, é adotada em pequenos supermercados e mercearias. Nesses pontos de venda é comum encontrar menores empacotando as mercadorias. Mas essa mão-de-obra sequer é remunerada e os garotos recebem apenas uma "caixinha" dos consumidores.

and the second second transfer of



Outra questão que fundamenta esse projeto de lei é a preocupação com o consumidor, responsável pelo faturamento dos supermercados e hipermercados. É ele quem sente as maiores dificuldades pela falta do empacotador. Na hora de passar pela operadora da máquina registradora, o próprio consumidor tem que se preocupar em providenciar o acondicionamento para as compras e deixa de fiscalizar o trabalho do caixa.

Existem ainda, riscos de manusear produtos que necessitam de prática e colocam em risco a integridade física dos consumidores. Existem registros de caixas de cerveja e refrigerantes que acabaram se quebrando por inexperiência. Além disso, por falta de conhecimento, produtos são misturados e podem até estragar, causando prejuízo para quem está comprando. Um exemplo clássico disso é o pão de forma que acaba achatado por outras mercadorias mais pesadas. Sem contar a carne e outros produtos alimentícios in-natura que podem ser misturados na mesma embalagem com produtos de limpeza compostos por elementos químicos nocivos à saúde.

Todo esse despreparo causa transtornos e até compromete a qualidade dos produtos. Por outro lado, o funcionário responsável em cobrar a mercadoria se sente na obrigação de ajudar a empacotar as compras e acaba desempenhando dupla função. Todos esses fatores geram maior demora na passagem pela registradora e, consequentemente, causam filas que incomodam a todos.

Por essas razões e por entender que o setor supermercadista está em totais condições de aperfeiçoar esse serviço, peço aos nobres pares desta Casa que aprovem o mais rápido possível o projeto de lei ora apresentado.

Sala das Sessões, em

a) NELSON SALOMÉ - DEPUTADO ESTADUAL

Serviço de Processo Legislativo Publicado no "DIARIO OFICIAL" de

Divisão de Ordenamento Legislativo

Serviço de Suporte e Conterencia Esta proposição contém Assinaturas SSC-26/3/199

Folha 04 Proc. 11,21/99

Nos termos do ítem 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 11^a a 15^a Sessões Ordinárias (de 30/3 a 7/04/99), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

